



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

Acta n.º 17

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA NO DIA VINTE E TRÊS
DE AGOSTO DOIS MIL E QUINZE.

----- Aos vinete e três dias do mês de Agosto do ano de dois mil e dezassete, na Sala de Sessões da **Câmara Municipal de Mora**, reuniu a **Câmara Municipal** sob a Presidência do **Senhor Presidente, Luis Simão Duarte de Matos**, encontrando-se presentes os Senhores Vereadores, **Marco Filipe Barreiros Pires, João Filipe Chaveiro Libório e Mafalda Isabel Carreiras Goulão Lopes**.-----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade justificar a falta do **Senhor Vereador Hugo de Sousa Marques Carreiras**, por se encontrar de férias. -----

- **Período antes da Ordem do Dia:** Não houve assuntos presentes. -----

- **Aprovação da acta da reunião anterior:** Eram dez horas, o **Senhor Presidente, Luis Simão Duarte de Matos**, declarou aberta a reunião após o que foi lida e assinada a acta da reunião anterior, que havia sido aprovada em minuta.--

- **Aprovação da Ordem de Trabalhos da presente reunião:** -----

- Seguidamente o **Senhor Presidente**, propôs a **Ordem de Trabalhos** anexa, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

- Deu-se então início à discussão da **Ordem de Trabalhos**. -----

----- **Ponto um: EXPEDIENTE DA DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO:** -----

----- **Ponto um - um: PROCEDIMENTO TIPO POR CONCURSO PÚBLICO "REQUALIFICAÇÃO DA RUA CATARINA EUFÉMIA EM MORA" - LIBERAÇÃO FASEADA DA CAUÇÃO:** Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que ao abrigo do Artigo 3º do Decreto-Lei n.º 190/2012,

de 22 de agosto, o Empreiteiro **Constradas - Estradas e Construção Civil**,

S.A., solicita a liberação faseada da caução prestada para garantia da empreitada em epígrafe. -----

Para o efeito foi realizada no dia vinte de julho de dois mil e dezassete uma vistoria à obra, não se tendo verificado a existência de defeitos da responsabilidade do Empreiteiro. -----

Face ao exposto, e decorrido já 3 (três) anos da data da receção provisória da obra (em 30-06-2014), proponho que seja autorizada a liberação da caução no valor de 1.270,87€, correspondente a 15% do valor total da caução (8.472,94€).

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento, manifestou o seu acordo com a proposta apresentada e deliberou por unanimidade autorizar a liberação da caução no valor de **1.270,94€**, correspondente a 15% do valor total da caução (8.472,94€). -----

----- **Ponto um - dois: DIREITO DE PREFERÊNCIA:** Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que em sequência do requerimento anexo à presente informação, apresentado pelos **Srs. Nelson Miguel Salgueiro Poeiras e Nídia Cristina Lopes Gonçalves**, venho informar que pretendem vender o imóvel no **Loteamento Municipal de Mora da Quinta das Sesmarias**, Lote 22, em Mora, pelo valor de 133.000,00 € (cento e trinta e três mil euros), sendo que já têm comprador. No entanto, poderá a **Câmara Municipal** ter interesse de compra. -----

Nos termos do n.º 1 do art. 19.º do Regulamento de Cedência de Lotes de Terreno em Loteamentos Municipais, a Câmara Municipal goza do direito de preferência em primeiro grau, nas transmissões intervivos dos direitos sobre os lotes e respetivas edificações.-----

Proponho que a **Câmara** delibere sobre o interesse em usar o direito de prefe-

rência pelo valor indicado ou em prescindir do mesmo, permitindo a transação com terceiros. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento, analisou o assunto e deliberou por unanimidade, **não exercer o seu direito de preferência** referente ao prédio sito no Loteamento Municipal de Mora da Quinta das Sesmarias, Lote 22, em Mora.

----- **Ponto um - três: ALTERAÇÃO POR ADAPTAÇÃO DO PDM DE MORA**

AO POAG: Presente informação da Divisão de Obras e Urbanismo informando que na sequência da deliberação da **Câmara Municipal de Mora** de 08/03/2017, foi dado prosseguimento ao procedimento de alteração por adaptação do Plano Diretor Municipal de Mora (PDM) - Aviso n.º 3125/2008, publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 28, de 8 de fevereiro - ao Plano de Ordenamento da Albufeira do Gameiro (POAG) - aprovado pelo Despacho Conjunto DR II série, n.º 192, de 17/08/1993 - no respeito ao disposto no n.º 4 do artigo 46.º, em articulação com o n.º 1 do artigo 78.º da Lei de Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBPPSOTU - Lei 31/2014, de 30 de maio), conjugados com o n.º 2 do artigo 198.º e n.º 5 do artigo 3.º, articulados com o n.º 2 do artigo 44.º e em conformidade com o artigo 121.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT - DL 80/2015, de 14 de maio). -----

Findo esse trabalho, vimos assim submeter os elementos que compõem a alteração por adaptação, propondo-se que seja emitida a declaração de elaboração e aprovação, cuja minuta se anexa. A declaração, bem como os elementos da alteração, deverão ser remetidos para conhecimento da Assembleia Municipal, sendo depois transmitidos à competente CCDR Alentejo e remetida para publicação e depósito nos termos do artigo 121.º do RJIGT. -----

Em jeito de síntese, remete-se para deliberação da Câmara Municipal:-----

1. A proposta de alteração por adaptação do PDM de Mora ao POAG;-----

2. A declaração da elaboração e aprovação da alteração por adaptação do PDM de Mora ao POAG; -----

3. O envio para conhecimento à **Assembleia Municipal** e posterior transmissão à CCDRA; -----

4. O envio para publicação e depósito da Declaração da alteração por adaptação do PDM de Mora ao POAG. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar: -----

1. A proposta de alteração por adaptação do PDM de Mora ao POAG;-----

2. A declaração da elaboração e aprovação da alteração por adaptação do PDM de Mora ao POAG; -----

3. O envio para conhecimento à **Assembleia Municipal** e posterior transmissão à CCDRA;-----

4. O envio para publicação e depósito da Declaração da alteração por adaptação do PDM de Mora ao POAG. -----

----- **Ponto um - quatro: REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL**

(PDM): Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que como é do conhecimento superior, os planos territoriais de âmbito municipal têm a função fundamental de lançar deliberada e racionalmente os caminhos de ação face a um futuro desejado para um dado território. Reduzem, por essa via, a aleatoriedade e a discricionariedade da decisão e das ações, evitando, em simultâneo, que sejam tomadas sem um sentido maior previamente ponderado. Ao mesmo tempo garantem a transparência relativamente aos objetivos a prosseguir em termos de política de ordenamento e desenvolvimento e o respeito

pelo princípio de igualdade e de justiça no tratamento das diversas situações técnico-administrativas com âmbito territorial. -----

O Plano Diretor Municipal (PDM), enquanto plano territorial de âmbito municipal (PT), é particularmente relevante neste contexto, estabelecendo, segundo o n.º 2 conjugado com o n.º 3 do artigo 43.º da Lei de Bases gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBPPSOTU), o regime de uso do solo e a respetiva execução, bem como a estratégia de desenvolvimento territorial municipal, o modelo territorial municipal, as opções de localização e de gestão de equipamentos e as relações de interdependência com os municípios vizinhos. -----

Acontece que o PDM tem um horizonte temporal limitado, carecendo ciclicamente de sofrer reajustes face às mudanças na sociedade e território de modo a acompanhar as tendências, sob prejuízo de se tornar obsoleto e hipotecar os objetivos da sua elaboração e essência, enquanto instrumento de planeamento. No limite, a desatualização do plano pode mesmo gerar inércia na política de desenvolvimento local e constituir um estrangulamento desta. -----

O Plano Diretor Municipal do concelho de Mora (PDM), publicado através do Aviso 3125/2008, de 8 de fevereiro¹, embora pertencente a uma segunda geração de planos, conta ao momento com quase 10 anos de vigência, encontrando-se, por isso, na fase final da sua eficácia, nos termos do seu artigo 4.º. Ademais, as fortes mudanças de contexto e conjuntura económica, social, ambiental e política, assim como no paradigma de desenvolvimento e quadro estratégico de referência que presidiu à elaboração do PDM de Mora, também determinam a sua relativa descontextualização. Esta é ainda mais notada se atender à alteração substantiva que a política de ordenamento do território sofreu, operada

com a aprovação da LBPPSOTU e do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT). De acordo com este Regime, mais concretamente com o seu artigo 199.º, constata-se a obrigatoriedade do PDM integrar, até 13 de julho de 2020, as novas regras relativas ao regime de uso do solo previstas no artigo 82.º da LBPPSOTU, sob pena de suspensão das normas que deveriam ter sido alteradas, não podendo haver lugar a atos e operações que impliquem a ocupação, uso e transformação do solo.-----

O PDM de Mora contém, assim, fragilidades que já não lhe permitem responder às dinâmicas e exigências atuais do território, ambientais, sociais e jurídicas, entre outras. Nestes termos, deverá assim sofrer uma profunda ponderação e revisão dos termos e moldes que o sustentam. É para este efeito que o RJIGT prevê a revisão como um mecanismo de dinâmica para os planos territoriais, a qual "implica a reconsideração e a reapreciação global, com carácter estrutural ou essencial, das opções estratégicas (...) do plano, dos princípios e dos objetivos do modelo territorial definido ou dos regimes de salvaguarda e de valorização dos recursos e valores territoriais", de acordo com o estabelecido no n.º 3 do artigo 115.º. -----

Em reforço deste, o n.º 2 do artigo 124.º acrescenta que a revisão pode decorrer: -----

1. da necessidade de adequação à evolução, a médio e longo prazo, das condições ambientais, económicas, sociais e culturais, que determinaram a respetiva elaboração; -----

2. de situações de suspensão do plano e da necessidade da sua adequação à prossecução dos interesses públicos que a determinaram. É deste contexto que emerge a oportunidade da Câmara Municipal dar prosseguimento à revisão do

PDM de Mora, nos termos do consagrado no n.º 1 e 2 do artigo 76.º do RJIGT.-- De acordo com o n.º 1 do mesmo artigo em conjugação com o n.º 2 do artigo 88.º, a Câmara Municipal deverá fixar, em simultâneo, um período de participação preventiva, que não deverá ser inferior a 15 dias úteis, e ainda o prazo de elaboração do plano, segundo o n.º 1 em articulação com os n.os 6 e 7 do artigo 76.º, prorrogáveis por uma única vez por um período máximo igual ao previamente estabelecido. Sugere-se que este prazo seja de 20 meses. ----- Neste quadro propõe-se, pelo presente, que a Câmara Municipal de Mora delibere: -----

1. Dar início à revisão do PDM de Mora, nos termos do consagrado no n.º 1 e 2 do artigo 76.º do RJIGT, fixando em simultâneo 15 dias úteis de período de participação preventiva, tal como previsto no n.º 1 do artigo 76.º em conjugação com o n.º 2 do artigo 88.º, e estabelecendo o prazo de 20 meses para a elaboração do plano, prorrogáveis por uma única vez por um período máximo igual ao previamente definido, de acordo com previsto nos n.os 6 e 7 do artigo 76.º. Esta deliberação deverá ser publicada na 2.ª série do Diário da República, nos termos da alínea c) do n.º 4 do artigo 191.º do RJIGT e através da plataforma de submissão automática aplicável, e com oportunidade adendada com o relatório de estado do ordenamento do território a nível local (n.º 4 do artigo 198.º do RJIGT), ou em alternativa, como se infere do n.º 2 do artigo 202.º (idem), por um "relatório de avaliação". É com este último sentido que se orienta o n.º 3 do artigo 21.º da Portaria 277/2015, de 10 de setembro (Comissão Consultiva), estabelecendo que "nos processos em curso, quando a entidade não disponha de relatório de estado do ordenamento do território a nível local, a deliberação (...) é acompanhada por um relatório fundamentado de avaliação da execução do

planeamento municipal preexistente e de identificação dos principais fatores de evolução do município"; -----

Para além da publicação em Diário da República, e de acordo com o n.º 1 do artigo 76.º do RJIGT, esta deliberação deverá ser divulgada através da Comunicação Social, sugerindo-se publicação em dois jornais, um de expansão local e outro de expansão nacional, em edital, no sítio da Internet da Câmara Municipal (cfr. n.º 1 e 2 do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro), e ainda disponibilizada na plataforma colaborativa de gestão territorial a que se refere a alínea a) do n.º 2 do artigo 190.º, em articulação com o n.º 4 do mesmo artigo.---

2. Aprovar o modelo para o edital de início da participação pública prévia da revisão do PDM. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade dar início à Revisão do PDM de Mora e aprovar o modelo para o Edital de início da participação pública prévia. -----

----- **Ponto dois: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE ACÇÃO SÓCIO CULTURAL:**

----- **Ponto três: EXPEDIENTE DA DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO:** -----

---- **Ponto três - um: RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA:** Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria com data de ontem, o qual acusa o saldo em **Dotações Orçamentais** no valor de **2.213.582,17€, dois milhões duzentos e treze mil quinhentos e oitenta e dois euros e dezassete centimos** e **Dotações não Orçamentais** no valor de **17.479,05€**, dezassete mil quatrocentos e setenta e nove euros e cinco centimos. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - dois: MAPA DE PAGAMENTOS AUTORIZADOS:** Presente mapa de pagamentos autorizados nos termos da alínea g) do artigo trinta e cin-

co da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, no valor de **13.040,87 €, treze mil quarenta euros e oitenta e sete cêntimos.**--

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento.-----

----- **Ponto três - três: SUBARRENDAMENTO DO LOTE Nº 56 NA ZONA**

INDUSTRIAL EM MORA: Presente informação da **Secção Administrativa** propondo nos termos da cláusula sétima do contrato de arrendamento do Lote nº 56 na Zona Industrial em Mora, do **Sr. Vitor Biscaia autorizar** o subarrendamento do referido lote para estacionamento de veículos à empresa **José Alfredo e Paulo Catarino Lda**, com sede na Rua do Barco em Mora. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade autorizar o subarrendamento do Lote nº 56 na Zona Industrial em Mora, do **Sr. Vitor Biscaia**, para estacionamento de veículos à empresa **José Alfredo e Paulo Catarino Lda**, com sede na Rua do Barco em Mora de harmonia com a proposta apresentada.-----

----- **Ponto três - quatro: APROVAÇÃO DO ACORDO COLECTIVO DE**

ENTIDADE EMPREGADORA PÚBLICA: Presente informação do **Senhor Presidente** informando que primeiro **Acordo Colectivo de Entidade Empregadora Pública - ACEP**, estabelecido entre a **Câmara Municipal de Mora** e a **Delegação Regional de Évora do STAL** fez com que os trabalhadores da **Câmara Municipal** não tivessem um acréscimo do horário de trabalho das 35 para as 40 horas semanais como determinou o Governo da coligação PSD/CDS. -----

Actualmente, no sentido de recuperar alguns dos direitos perdidos, como a reposição do número de dias de férias e de adequar o primeiro acordo à legislação que entretanto saiu, sobretudo em termos de **Higiene e Segurança no Trabalho**, propõe o **Senhor Presidente** a assinatura de **um novo ACEP** entre a **Câmara Municipal de Mora** e a **Delegação Regional de Évora do STAL** que

virá revogar o acordo actualmente em vigor.-----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar o **Acordo Colectivo de Entidade Empregadora Pública - ACEP** entre o **Município de Mora** e o **STAL, Delegação Regional de Évora**. -----

----- **Ponto quatro: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE SERVIÇOS URBANOS E AMBIENTE:** -----

----- **Ponto cinco: EXPEDIENTE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:** -----

----- **Ponto cinco - um: DESPACHOS DO SENHOR PRESIDENTE:** A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e ratificou os seguintes **despachos** do **Senhor Presidente:** -----

- **Em que determinou**, adjudicar à empresa YPT - Podcast & Tecnologia, Lda., a aquisição de Bens Móveis com a designação de "Aquisição de uma aplicação móvel e 32 placas referenciais", pelo valor de 29.950,00€ (s/ IVA), com base nos critérios de adjudicação estabelecidos. -----

Mais determinou aprovar a minuta do contrato, do presente procedimento nos termos da proposta apresentada. A Câmara tomou conhecimento.-----

- **Em que determinou**, adjudicar à empresa João Assis, Lda., a aquisição de Bens Móveis com a designação de "Sistemas de Ar Condicionado para as instalações do Fluviário de Mora", pelo valor de 18.836,83€ (s/ IVA), com base nos critérios de adjudicação estabelecidos. -----

Mais determinou aprovar a minuta do contrato, do presente procedimento nos termos da proposta apresentada. A Câmara tomou conhecimento.-----

- **Em que determinou**, conceder a licença sem remuneração a João Alexandre Caeiro Bernardino, nos termos solicitados.-----

Mais determinou que o presente despacho seja encaminhado para o Serviço de

Pessoal para os devidos efeitos, nomeadamente os previstos no art.º 281.º do mesmo diploma e demais legislação aplicável, e que se notifique o trabalhador.

A Câmara tomou conhecimento.-----

- **Em que determinou**, adjudicar à empresa J.A.V. - Materiais & Construções, Lda., a execução da Empreitada com a designação de "Pintura de Muros e de Edifícios Municipais - Fase 5", pelo valor de 20.026,00€ (s/ IVA), com base nos critérios de adjudicação estabelecidos. -----

Mais determinou aprovar a minuta do contrato, do presente procedimento nos termos da proposta apresentada. A Câmara tomou conhecimento.-----

- **Em que determinou**, não proceder à adjudicação do procedimento tipo por Concurso Público para aquisição de Bens Móveis com a referência CP 01-2017 designado por "Aquisição de Aspirador Urbano Elétrico", com base no documento "Relatório Final" elaborado pelo Júri do procedimento. A Câmara tomou conhecimento. -----

- **Em que nomeou** para o cargo de Administrador da Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT), o funcionário desta Autarquia, Ana Sofia Noronha de Oliveira dos Santos Caniços da Silva Mendes, Arquitecta. A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o despacho dado pelo **Senhor Presidente**. -----

----- **Ponto cinco - dois: PROJECTO LIFE ÁGUEDA - PROTOCOLO DE PARCERIA ENTRE A UNIVERSIDADE DE ÉVORA E O MUNICÍPIO DE MORA:** Presente informação do **Senhor Presidente da Câmara** informando

que ao longo dos anos o Fluvial de Mora tem tido a Universidade de Évora como um parceiro privilegiado. Têm sido vários os projectos em que ambas as instituições têm colaborado no âmbito da Biologia Marinha. -----

No mesmo âmbito e dado os conhecimentos dos técnicos do Fluvial, a Universidade de Évora convidou o Fluvial de Mora para colaborar no Projecto Life Águeda - Acções de Conservação e Gestão Para Peixes Migradores na Bacia Hidrográfica do Vouga. -----

Além do prestígio que o Fluvial de Mora poderá adquirir ao entrar neste projecto, há uma componente financeira destinada a suportar o salário dos técnicos envolvidos neste projecto, além de possibilitar a aquisição de novos equipamentos.-----

Assim, propõe-se que entre a Universidade de Évora e a Câmara Municipal seja assinado o presente Protocolo com vista à colaboração do Fluvial de Mora neste Projecto. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento analisou o referido **Protocolo** e deliberou por unanimidade manifestar o seu **acordo** com o mesmo procedendo à sua assinatura. -----

----- **Ponto seis: INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não houve Público presente.

----- **Ponto sete: APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR:** Aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO:** E não havendo mais nada a tratar, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, eram onze horas, de tudo para constar se lavrou a presente acta. -----

E eu, Assistente Técnica exercendo
funções na **Divisão Administrativa/Financeira**, para o efeito designada por deliberação tomada em reunião ordinária da **Câmara Municipal de Mora**, realizada no dia seis de Novembro de dois mil e treze, a lavrei, subscrevo e assino.-

